

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA**

**Pregão Eletrônico nº 20/2020**  
**Processo Administrativo nº 64195.000110/2020-76**

**ACECO TI LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 43.209.436/0001-06, com sede na Avenida Fabio Eduardo Ramos Esquivel, nº 2100, Galpão 2, Canhema, Diadema/SP, CEP 09.941-202, vem respeitosamente à presença de V. Sa., com fulcro no subitem 11.2.3 do Edital e no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto por **LCSTECH COMERCIAL LTDA** ("LCSTECH" ou "Recorrente"), com base nos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos.

**I – EXPOSIÇÃO PREAMBULAR**

O Ministério da Justiça e Segurança Pública faz processar o Pregão Eletrônico nº 20/2020, cujo objeto é a *"escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada no fornecimento e instalação de Solução para Ambiente de Alta Disponibilidade para Sistemas Críticos, composta pela Sala Cofre certificada conforme a*

*norma ABNT NBR 15.247, Sala de UPS, Grupos Geradores, Sala de Telecom e Sala NOC, que atendam às necessidades de proteção física das infraestruturas e sistemas críticos de Tecnologia da Informação e Comunicações para atendimento das necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos” (subitem 1.1 do edital).*

A empresa Aceco TI foi declarada vencedora do certame e, contra essa decisão, a empresa LCSTECH interpôs recurso, no qual defende que a Aceco não apresentou documentos exigidos para habilitação.

Contudo, não assiste razão à Recorrente, sendo de rigor o não provimento do seu recurso.

## **II – DAS RAZÕES PARA O DESPROVIMENTO DO RECURSO**

### **II.I – A própria premissa do recurso da LCSTECH é equivocada, o que invalida todo o seu recurso – A Aceco fez sua transição para Ltda. no ano de 2019, e não no ano de 2020**

O recurso da LCSTECH parte da premissa fática de que, na data do encerramento do período de escrituração contábil, em 31/12/2019, a Aceco TI ainda era uma Sociedade por Ações (S.A.). Conclui, dessa forma, que a Aceco TI estava sujeita à lei 6.404/76 (Lei das S.A.), que lhe obrigaria a publicar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis no Diário Oficial em jornal de grande circulação.

Como tais documentos não foram apresentados, a LCSTECH defendeu que a Aceco TI deveria ser inabilitada. Veja-se, nesse sentido o pedido da LCSTECH:

“Nesses termos, face a todo o exposto, requer a Recorrente o conhecimento e admissibilidade do presente recurso, para que no mérito seja julgado totalmente procedente haja vista que a empresa Recorrida não apresentou dentre os documentos de habilitação as respectivas publicações do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis publicadas no Diário Oficial competente e no Jornal de Grande Circulação, que lhe conferissem eficácia na forma da lei, **descumprindo assim às exigências impostas pela Lei 6.404/76 aplicável às Sociedades por Ações que era o tipo societário adotado pela empresa na data do encerramento do Balanço Patrimonial.** Deste modo não foi atendido o disposto no art. 31, I da Lei 8.666/93 aplicada subsidiariamente ao presente processo e expressamente previsto no item 9.10.2. do Edital que rege o certame”.

Para tentar comprovar sua equivocada premissa fática, aponta a LCSTECH que *“embora conste Ata de Assembleia Geral Extraordinária datada de 09/12/2019, tal documento só foi levado à registro posteriormente, sendo que somente em 28/02/2020 o mesmo foi deferido pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, portanto, apto a produzir seus efeitos jurídicos”*.

Porém, a informação prestada pela LCSTECH é inverídica: a Ata de Assembleia que determinou a transformação da Aceco TI em sociedade limitada é datada de 09/12/2019 e foi registrada tempestivamente em 08/01/2020, e portanto seus efeitos retroagem, devendo a Aceco TI ser considerada como uma empresa limitada desde o ano de 2019. Nesse sentido, a Lei 8.394/94 – que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências – dispõe que:

Art. 32. O registro compreende:

(...)

II - O arquivamento:

a) **dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas;**

(...)

e) **de atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins** ou daqueles que possam interessar ao empresário e às empresas mercantis;

### SEÇÃO III

Da Ordem dos Serviços

#### SUBSEÇÃO I

Da Apresentação dos Atos e Arquivamento

**Art. 36. Os documentos referidos no inciso II do art. 32 deverão ser apresentados a arquivamento na junta, DENTRO DE 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DE SUA ASSINATURA, A CUJA DATA RETROAGIRÃO OS EFEITOS DO ARQUIVAMENTO; fora desse prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir do despacho que o conceder.**

A norma de regência não poderia ser mais clara: se a Ata de Alteração foi “apresentada a arquivamento” dentro do prazo de 30 dias de sua assinatura, os efeitos retroagem à data da assinatura, sendo irrelevante a data do deferimento do registro!

Ora, no caso da Aceco TI, a Ata de transformação foi assinada em 09/12/2019, e apresentada a arquivamento em 08/01/2020, ou seja, dentro do prazo de 30 dias. Portanto, os efeitos da transformação em sociedade limitada retroagem, na forma da lei, a 09/12/2019.

Nos termos do art. 36 da Lei 8.394/94, acima citado, apenas na hipótese de apresentação a arquivamento APÓS os 30 dias é que os efeitos só se operam após a data do despacho concessivo do registro.

A própria redação do recurso da LCSTECH mostra, portanto, o descabimento e/ou malícia de sua argumentação, visto que a LCSTECH indica que o protocolo da Ata teria ocorrido em 18/02/2020, mas que *“somente em 28/02/2020 o mesmo foi deferido pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, portanto, apto a produzir seus efeitos jurídicos”*.

Seja por erro ou por malícia, o fato é que a LCSTECH considerou a data do deferimento do registro de alteração – e não a data da (primeira) apresentação para arquivamento, como determina explicitamente o art. 36 da Lei 8.394/94.

Como prova de que a Ata de Transformação de 09/12/2019 foi apresentada para arquivamento em 08/01/2020 (dentro do prazo de 30 dias), junta-se a certidão anexa (doc. 01), emitida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, que comprova essa data de protocolo/apresentação e mostra que o deferimento da alteração ocorreu apenas em 28/02/2020 por questões burocráticas – as chamadas “exigências” da Junta Comercial.

Em verdade, houve 2 (duas) exigências sucessivas na Junta. Portanto, para concluir o registro da Ata de transformação de 09/12/2019 foram necessários ao todo 3 protocolos:

- 1) **Protocolo nº 0.013.175/20-8, realizado em 08/01/2020 (doc. 02)** - Apresentação para arquivamento da Ata de transformação societária de S.A. para limitada de 09/12/2019 para registro.
- 2) **Protocolo nº 0.118.852/20-6, realizado em 07/02/2020 (doc. 03)** – Segundo protocolo do mesmo ato (a Ata de transformação de 09/12/2019) com pequenas correções e acréscimos de formalidades indicadas pela Junta, tais como apresentação de ficha cadastral de diretores e alteração da nomenclatura de “Arquivamento de Ata” (constante do protocolo de 08/01/2020) para “Constituição por transformação de tipo jurídico” (constante do protocolo de 07/02/2020).

- 3) **Protocolo nº 0.153.784/20-9, realizado em 18/02/2020 (doc. 04)** – Terceiro protocolo do mesmo ato (a Ata de transformação de 09/12/2019) com a correção da pendência indicada no protocolo de 07/02/2020, qual seja, a apresentação de declaração de viabilidade. Importante notar que essa é uma exigência totalmente atípica e que foi feita por equívoco (falha no sistema da Junta), visto que a consulta de viabilidade é realizada dentro do sistema do integrador da própria JUCESP.

A LCSTECH, em seu recurso, menciona apenas o 3º protocolo, e por isso aponta – falsamente – que o protocolo teria ocorrido apenas 18/02/2020.

Mas veja-se que os 3 protocolos foram relativos ao mesmo ato, a Ata de transformação, sendo o primeiro deles, a própria Ata, apresentado em 08/01/2020.

Ora, a lei não determina que em caso de pendências formais a apresentação para arquivamento perca sua validade: apresentada a Ata para arquivamento dentro dos 30 dias, está suprida a exigência legal para retroação à data da Ata.

E nem faria sentido a Aceco TI – ou qualquer empresa – sofrer atrasos ou restrições a direito em razão pendências formais secundárias, quanto mais se considerada a inegável e altíssima burocracia das Juntas Comerciais: é sabido que é extremamente comum a indicação de “exigências” (pendências) em registro de atos societários no Brasil.

Confirmando tal entendimento, dispõe o art. 40 da Lei 8.394/94 que:

**Art. 40. Todo ato, documento ou instrumento apresentado a arquivamento será objeto de exame do cumprimento das formalidades legais pela junta comercial.**

**§ 1º Verificada a existência de vício insanável, o requerimento será indeferido; quando for sanável, o processo será colocado em exigência.**

§ 2º As exigências formuladas pela junta comercial deverão ser cumpridas em até 30 (trinta) dias, contados da data da ciência pelo interessado ou da publicação do despacho.

§ 3º O processo em exigência será entregue completo ao interessado; não devolvido no prazo previsto no parágrafo anterior, será considerado como novo pedido de arquivamento, sujeito ao pagamento dos preços dos serviços correspondentes.

Vê-se, portanto, que se houve exigência no caso da Aceco TI, é porque haviam vícios sanáveis. Extraí-se ainda, do § 3º acima, que só se considera ocorrido novo pedido de arquivamento se não devolvido o protocolo corrigido no prazo de 30 dias após a exigência.

Ora, no caso da Aceco TI, não transcorreu prazo superior a 30 dias entre protocolos.

Portanto, os 3 protocolos devem ser considerados como um só pedido de arquivamento, e as “exigências” não afastam o fato de que a exigência legal foi cumprida no prazo de 30 dias, de forma que os efeitos retroagem e considera-se a transformação societária, para todos os efeitos, como realizada em 2019.

Esse fato, por si só, invalida todo o recurso da LCSTECH, visto que a argumentação recursal, além de descabida, era completamente dependente de ser a Aceco TI uma S.A. em 31/12/2019 (o que atrairia a norma citada pela Recorrente, a Lei das S.A.).

Assim, uma vez que nessa data a Aceco TI já tinha se transformado em uma sociedade limitada, não estava ela obrigada a publicar balanço patrimonial e demonstrações contábeis.

Contudo, encerrando de vez a discussão, cabe notar que, mesmo sem estar obrigada às citadas publicações, a Aceco TI, por opção própria, não só publicou suas demonstrações financeiras, como publicou versões auditadas dessas demonstrações – a despeito de inexistir obrigação legal que a forçasse (docs. 05 e 06 – demonstrações financeiras de 2018 e 2019, auditadas e publicadas no Diário Oficial e em jornal de grande circulação).

Aliás, comprovando mais uma vez a transformação, a Aceco TI teve que publicar em sequência, nos mesmos jornais, a seguinte retificação (docs. 07 e 08):

<p><b>Aceco TI Ltda.</b> CNPJ/MF nº 43.209.436/0001-06 <b>Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019 e 2018 – Retificação</b> Na publicação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019 inseridas neste jornal em 18/04/2020, a razão social da Sociedade no título da publicação foi publicada de forma incorreta. Portanto, onde se lê: "Aceco TI S.A.". O correto é: "Aceco TI Ltda.". Permanecem inalterados os demais termos da publicação.</p>	<p><b>Aceco TI Ltda.</b> CNPJ/MF nº 43.209.436/0001-06 <b>Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019 e 2018 – Retificação</b> Na publicação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019 inseridas neste jornal em 18/04/2020, a razão social da Sociedade no título da publicação foi publicada de forma incorreta. Portanto, onde se lê: "Aceco TI S.A.". O correto é: "Aceco TI Ltda.". Permanecem inalterados os demais termos da publicação.</p>
--	--

Logo, ainda que fosse verdade que a transformação da Aceco TI em sociedade limitada só ocorreu em 2020, não teria validade o argumento da LCSTECH de não atendimento às condições de habilitação, visto que as demonstrações financeiras auditadas foram publicadas.

Por todo o exposto, é completamente descabido o recurso da LCSTECH, que indica fatos errôneos e pressupõe não ocorridas publicações que foram realizadas – mesmo não sendo obrigatórias/exigíveis da Aceco TI.



## **II.II – A suficiência da utilização do SICAF para habilitação e comprovação de qualificação econômico-financeira**

Ainda que superados os pontos indicados – o que se admite apenas para argumentar – é de se notar que a lei 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, determina em seu art. 4º, inciso XIV, que:

**“XIV - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes”;**

A mesma determinação consta também do Edital do certame, segundo o qual:

**5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF,** assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, **a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF,** nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, **à qualificação econômica financeira** e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

A Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, mencionada no item 9.2 do Edital, determina por sua vez que:

Art. 15 – O registro regular no nível qualificação econômico-financeira supre as exigências dos incisos I e II do art. 31 da Lei nº 8.666 de 1993.

Já os dispositivos da Lei de Licitações indicados pela Instrução Normativa acima assim dispõem:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:  
I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;  
II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Portanto, no caso em tela, por determinação legal e editalícia, era suficiente o SICAF para habilitação da Aceco TI e sua qualificação econômico financeira.

De qualquer forma, além da suficiência do SICAF, por força legal, a Aceco TI não era obrigada a publicar suas demonstrações – e mesmo assim publicou demonstrações auditadas, indo além do que a lei exige.

Assim, mais uma vez fica evidente o descabimento do recurso da LCSTECH.

## **II. III – O excesso de formalismo e a busca da proposta mais vantajosa para administração – Possibilidade de diligência, se assim se entender necessário**

Em adição aos pontos acima expostos – que por si só já esgotariam a discussão em tela e comprovam de forma cabal o descabimento do recurso da LCSTECH – vale notar que a administração não poderia, por formalismo excessivo, deixar de lado a busca pela melhor proposta, que, no caso, é a da Aceco TI.

Ora, o fundamento do recurso era a não apresentação de publicações de demonstrações financeiras – as quais, como se demonstrou em tópico acima, não eram obrigatórias para a Aceco TI, por tratar-se de sociedade limitada desde o ano de 2019.

Contudo, ainda que se entendesse obrigatória a apresentação das publicações – o que novamente se admite apenas para argumentar – a não apresentação desses documentos não seria hipótese de inabilitação, mas sim de diligência para comprovar se tais documentos haviam ou não sido publicados e verificação de seu teor.

De qualquer forma, apesar de inexigíveis os documentos (publicações) que a Recorrente alega faltarem à Aceco TI, **a juntada deles ao presente recurso torna desnecessária até mesmo a diligência sugerida pela Recorrente**. Afinal, junta-se ao presente recurso comprovantes de publicação de demonstrações financeiras auditadas – que a empresa voluntariamente publicou, já que sequer era obrigada a fazê-lo (docs. 05 a 08).

As devidas publicações em diário, mesmo não sendo obrigatórias, foram realizadas atendendo ao rito legal aplicável, de forma que a não apresentação delas no momento da habilitação não configura não atendimento aos requisitos de qualificação financeira.

Portanto, visto que i) a Aceco TI é sociedade limitada desde 2019 e não estava obrigada a publicar demonstrações financeiras; ii) mesmo assim, a Aceco TI publicou suas demonstrações; e iii) a Aceco TI junta tais demonstrações ao presente recurso, não há que se falar em inabilitação nem em necessidade de diligência.

Seria injustificável inabilitar a Aceco TI por falta de documentos inexigíveis, de existência comprovável via diligência, ainda mais quando tal providência

fosse gerar contratação por custo mais elevado para a Administração – tal como no caso em tela.

Contudo, apenas por cautela, requer-se que, caso reste alguma dúvida, seja realizada diligência para comprovar os argumentos acima – como solicitou a própria Recorrente.

### **III – PEDIDOS**

Diante dos argumentos expostos alhures, os quais evidenciam o acerto e a legalidade da decisão que habilitou a empresa ACECO TI LTDA, requer à i. Pregoeira que se digne a julgar improcedente o recurso que ora se refuta, mantendo-se incólume a decisão recorrida.

Termos em que pede deferimento.  
Brasília, 23 de setembro de 2020.

  

---

**ACECO TI LTDA.**  
**Representante Legal**